



## PROPOSTA

Considerando:

- que a Conservatória do Registo Civil de Lagos tem vindo, ao longo dos últimos anos, a alterar de forma significativa, a qualidade de resposta exigida a qualquer serviço público com as suas atribuições;
- que os recursos humanos afetos a este serviço, por força de aposentações, baixas, exigências legais e não alocação de novos recursos, são nos dias de hoje, manifestamente insuficientes;
- que o tempo de espera que qualquer cidadão enfrenta, sempre que necessita de qualquer serviço aí prestado, está longe de ser o admissível;
- que os longos períodos de espera que se vivem diariamente neste serviço, perturbam não só os utentes, mas também os funcionários do serviço que, pelas constantes reclamações e incapacidade de resposta, se sentem impotentes e frustrados;
- que não obstante todas as manifestações de insustentabilidade desta situação, junto da própria tutela, até à presente data não se verificou qualquer melhoria;
- que inclusive, a própria notária em permanência e exclusividade nesta Conservatória, passou, com manifesto prejuízo para o serviço e população, a prestar serviço repartido no concelho vizinho;
- que as reclamações rececionadas quer no próprio serviço, quer na própria Câmara Municipal são intermináveis, agudizando um sentimento generalizado de impotência;
- que as manifestações de indignação são partilhadas entre o público em geral, funcionários e profissionais das áreas do direito, solicitadoria, notariado, etc;
- a pertinência, legitimidade e justiça de que se revestem as manifestações de incompreensão, intolerância e mesmo, repúdio, demonstradas quer pelos funcionários do serviço em questão, quer pelos muitos utentes que, sem alternativa o procuram diariamente.

Proponho que a Câmara Municipal de Lagos delibere:

- manifestar todo o seu apoio à Conservatória do Registo Civil de Lagos, seus funcionários e demais utentes, solicitando a intervenção urgente do governo, na pessoa do Primeiro Ministro da Nação, Dr. António Costa, no que se refere a esta matéria, por forma a possibilitar a reposição da normalidade do funcionamento deste serviço;

- dar conhecimento desta sua posição :

- ao Instituto de Registos e Notariado ,

- à Ministra da Justiça

- à ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ,

- à Assembleia Municipal de Lagos;

- à AMAL - Associação de Municípios do Algarve,

- aos órgãos de comunicação social.

Lagos, 15 de maio de 2019.

A Presidente da Câmara Municipal

Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos